

# DISPARIDADES RACIAIS NA DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO: *INSIGHTS* DO NORDESTE DO BRASIL EM MEIO A UMA CRISE SANITÁRIA

*Racial disparities in labor market dynamics: insights from  
northeast Brazil amidst a sanitary crisis*

*Disparidades raciales en las dinámicas del mercado de trabajo:  
perspectivas del nordeste de Brasil en medio de una crisis  
sanitária*

DOI: 10.48075/igepec.v28i2.33444

Weiga Vieira Cavalcante  
Universidade Regional do Cariri

Wellington Ribeiro Justo  
Universidade Regional do Cariri

Christiane Luci Bezerra Alves  
Universidade Regional do Cariri

# DISPARIDADES RACIAIS NA DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO: INSIGHTS DO NORDESTE DO BRASIL EM MEIO A UMA CRISE SANITÁRIA

*Racial disparities in labor market dynamics: insights from northeast Brazil amidst  
a sanitary crisis*

*Disparidades raciales en las dinámicas del mercado de trabajo: perspectivas del  
nordeste de Brasil en medio de una crisis sanitaria*

Weiga Vieira Cavalcante<sup>1</sup>  
Wellington Ribeiro Justo<sup>2</sup>  
Christiane Luci Bezerra Alves<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo, utilizando uma abordagem analítica, examinou as desigualdades enfrentadas pela população negra no mercado de trabalho durante a crise da Covid-19 na região do Nordeste do Brasil. Os resultados foram derivados da análise de dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2020, que oferece uma ampla gama de informações socioeconômicas. Os resultados revelam que, embora o trabalho remoto tenha sido uma opção para alguns, ele excluiu muitos trabalhadores informais, exacerbando as disparidades preexistentes. Historicamente associada a piores indicadores sociais, a população negra enfrentou desafios adicionais devido à ausência de políticas eficazes que reconhecessem sua vulnerabilidade e promovessem a igualdade. A precariedade do trabalho, caracterizada por baixos salários e insegurança no emprego, foi um obstáculo significativo para essa população. Esses achados destacam a urgente necessidade de políticas que abordem as desigualdades estruturais no mercado de trabalho, promovendo inclusão e equidade para todos os trabalhadores.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. População negra. Desigualdade. Covid-19. Precariedade.

**Abstract:** This study, using an analytical approach, examined the inequalities faced by the black population in the labor market during the Covid-19 crisis in the Northeast region of Brazil. The results were derived from the analysis of data collected from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD-C), which offers a wide range of socioeconomic information. The results reveal that while remote work has been an option for some, it has excluded many informal workers, exacerbating pre-existing disparities. Historically associated with worse social indicators, the black population faced additional challenges due to the absence of effective policies that recognized their vulnerability and promoted equality. Precarious work, characterized by low wages and job insecurity, was a significant obstacle for this population. These findings highlight the urgent need for policies that address structural inequalities in the labor market, promoting inclusion and equity for all workers.

**Keywords:** Labor market. Black population. Inequality. Covid-19. Precariousness.

**Resumen:** Este estudio, utilizando un enfoque analítico, examinó las desigualdades enfrentadas por la población negra en el mercado de trabajo durante la crisis de Covid-19 en la región Nordeste de Brasil. Los resultados se obtuvieron analizando los datos recogidos en la Encuesta Nacional Continua por Muestra de Domicilios (PNAD-C) de 2020, que ofrece una amplia gama de

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia Regional e Urbana pelo Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana da Universidade Regional do Cariri (PPGERU/URCA). E-mail: cavalcantewv@outlook.com

<sup>2</sup> Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE). Professor do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGECON). E-mail: justowr@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA) pela Universidade Federal do Ceara (UFC). Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU). E-mail: christiane.alves@urca.br

*información socioeconómica. Los resultados revelan que, si bien el trabajo a distancia ha sido una opción para algunos, ha excluido a muchos trabajadores informales, exacerbando las disparidades preexistentes. Históricamente asociada a peores indicadores sociales, la población negra se enfrenta a retos adicionales debido a la ausencia de políticas eficaces que reconozcan su vulnerabilidad y promuevan la igualdad. El trabajo precario, caracterizado por los bajos salarios y la inseguridad laboral, fue un obstáculo importante para esta población. Estos resultados ponen de relieve la urgente necesidad de políticas que aborden las desigualdades estructurales en el mercado laboral, promoviendo la inclusión y la equidad para todos los trabajadores.*

**Palabras clave:** Mercado laboral. Población negra. Desigualdad. Covid-19. Precariedad.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2020, o planeta Terra enfrentou um período de reclusão e retração, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou restrições nos deslocamentos de pessoas para conter a propagação da variante do coronavírus, identificada como altamente contagiosa e causadora de milhares de mortes, levando o mundo a adotar medidas de proteção. Inicialmente desprovido de tratamentos eficazes, diante de uma pandemia, o mundo recorreu a práticas de bloqueio total, com o lockdown emergindo como uma alternativa para lidar com a fragilidade dos sistemas de saúde.

A crise desencadeada pela Covid-19 atingiu o Brasil de forma abrupta, já imerso na esteira da crise global de 2008. Esta crise continuou a afetar o mercado de trabalho brasileiro, que, ao final do quarto trimestre de 2015, contava com cerca de 9,2 milhões de desempregados, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) (IBGE, 2015).

Com as pressões políticas que culminaram no afastamento da presidente Dilma Rousseff, esse total aumentou para 11,3 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2016 (IBGE, 2016). O processo de impeachment de Dilma foi um ponto de inflexão significativo, trazendo instabilidade e incerteza ao cenário político e econômico do país.

Posteriormente, no quarto trimestre de 2019, o número de desempregados atingiu cerca de 11,9 milhões de pessoas (IBGE, 2019). Contribuindo para esse cenário de agravamento no mercado de trabalho, estavam as fragilidades no âmbito político-administrativo, marcado por momentos de instabilidade democrática desde 2015, o que resultou na implementação de políticas contracionistas e na ascensão de governos que demonstravam indiferença aos interesses sociais.

Durante o período de 2015 a 2019, de acordo com a PNAD-C, a taxa de desemprego variou em torno de 2,68%, alcançando seu ponto máximo no primeiro trimestre de 2018, com 13,9 milhões de pessoas desempregadas. Com a chegada da Covid-19, o mercado de trabalho apresentou uma situação preocupante, com 14,6 milhões de pessoas desempregadas no terceiro trimestre de 2020.

Nessa situação de desemprego, a população pobre e negra do país foi especialmente afetada. Proni e Gomes (2015) ressaltam que, durante a recessão econômica, as disparidades de gênero e raça no mercado de trabalho mostraram uma redução. No entanto, a recessão afetou a geração de empregos formais e as oportunidades de renda, revertendo e anulando avanços na redução das desigualdades.

Diante deste cenário de pandemia, é crucial compreender como a população considerada vulnerável está sendo alocada. Como a população negra compõe a maioria dos desocupados e trabalhadores informais no mercado de trabalho brasileiro, optou-se, nessa abordagem pelo uso da PNAD-C para traçar o perfil da população negra no mercado de trabalho nordestino.

É amplamente reconhecido que a população negra enfrenta desigualdades persistentes no mercado de trabalho. Para uma compreensão mais profunda dessa realidade, é crucial analisar como essa população foi inserida no mercado de trabalho durante a pandemia.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que é fundamental investigar a situação da população negra no cenário pandêmico. Durante esse período<sup>4</sup>, muitos empregos informais foram suspensos nos primeiros meses, privando as pessoas de sua fonte de subsistência. Isso resultou em desequilíbrios, como o aumento da vulnerabilidade, o crescimento dos índices de pobreza no país e a marginalização de grupos diante das adversidades de uma crise sanitária.

Este estudo busca contribuir para a compreensão das desigualdades enfrentadas pela população negra no mercado de trabalho durante a crise sanitária da Covid-19, com ênfase na região Nordeste do Brasil. A escolha pelo recorte da região Nordeste se deve à alta concentração de população negra e aos desafios socioeconômicos significativos que a região enfrenta, os quais merecem ser profundamente analisados e abordados. Para isso, adotou-se uma abordagem descritiva e explicativa, que combina um retrospecto do mercado de trabalho com uma análise dos principais determinantes das disparidades enfrentadas pela população negra, especialmente à luz do contexto pandêmico na região Nordeste. Destaca-se que a contribuição deste artigo reside na sua capacidade de integrar análises empíricas e teóricas, fornecendo insights valiosos para a literatura sobre economia e mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito às questões de raça e desigualdade.

Este trabalho está organizado em cinco seções. A seção 2 apresentará uma revisão fundamentada na teoria econômica, contextualizada com fatos históricos, fornecendo um breve retrospecto de aspectos sociais e históricos relevantes. Em seguida, a terceira seção abordará a metodologia adotada, enquanto os resultados e discussões serão apresentados na quarta seção. Por fim, serão apresentadas as conclusões.

## **2 – RETROSPECTO HISTÓRICO E SOCIAL E TEORIA ECONÔMICA**

Martins (2014) parte do cotidiano social para entrar na discursiva da discriminação gerada pelo racismo no mercado de trabalho. Frente a esse tema, busca explicar e compreender o porquê da precarização do trabalho da população negra, limitando e impedindo que os negros construam uma trajetória organizacional e de luta. Para traçar resultados concretos, não há como escapar da introdução da fala de Marx para explicar os processos sociais que envolvem a barbárie do Capital, diante do emprego do racismo como diminuição da capacidade produtiva do trabalho por questões étnicas e de gênero. A análise de Lucena (2010) discute os complexos desafios sociais enfrentados por mulheres negras, destacando as dificuldades que surgem em um sistema capitalista que frequentemente perpetua desigualdades. Ao abordar essas questões, o autor enfatiza como o contexto socioeconômico contribui para a marginalização de grupos historicamente desfavorecidos, ilustrando a interseção de raça e gênero na vivência dessas mulheres.

Conforme discutido por Martins (2014), para analisar os determinantes das relações de exploração/opressão com base em raça/etnia e gênero, é crucial explorar as diferentes perspectivas históricas, econômicas, políticas e culturais. Somente assim é possível compreender a interação desses domínios e seu impacto

---

<sup>4</sup> A pandemia de Covid-19 no Brasil começou em março de 2020 com os primeiros casos de transmissão comunitária. Embora o fim oficial ainda não tenha sido declarado, a OMS encerrou a emergência de saúde pública de importância internacional em maio de 2023, indicando um controle significativo do vírus.

nos processos sociais que moldam as dinâmicas de exploração/opressão na sociedade. No entanto, para investigar tais determinantes, é essencial traçar um breve panorama histórico e social fundamentado na teoria econômica, identificando marcos históricos que contribuíram para as relações sociais contemporâneas.

A crise de 1929 foi um marco e ruptura para o mercado de trabalho, a economia pensada e descrita como mera força de demanda e oferta, avança sobre a luz da incerteza de um contínuo círculo de estagnação. São em períodos de crise que se põem à prova as correntes de pensamento econômico já consolidadas, surgindo espaço para se pensar e discutir a teoria econômica sobre uma nova abordagem. A teoria proposta por Keynes foi revolucionária ao impactar significativamente as forças de mercado e a determinação dos salários. Keynes critica o paradigma clássico ao questionar a coerência interna de seus postulados, desafiando, assim, os seus dois principais mercados e a Lei de Say. A revolução keynesiana buscou explicar o desemprego com base em evidências empíricas, em vez de negar sua existência, conforme discutido por Nunes e Nunes (1997), que destacam a importância dessa abordagem para a compreensão das falhas do mercado em tempos de crise econômica.

Já Bastos e Oliveira (2021) destacam o impacto do livro a Teoria Geral de Keynes como um processo de interação entre interesses políticos e reflexões econômicas, que para esses está longe de demonstrar a direção casual que se propunha Keynes em abordar as complexas inter-relações que tangenciam o meio econômico, que até ali eram tomadas como verdades absolutas<sup>5</sup>.

Por sua vez, a corrente clássica atribuía ao mercado de trabalho o controle e pressão dos salários sobre o nível de desemprego e os preços da economia, sendo os salários fixos.

Na escola clássica, o salário é determinado pela interação entre as curvas de oferta e demanda por trabalho no mercado de trabalho. A curva de oferta estabelece uma relação direta entre o salário real e a oferta de mão-de-obra, fundamentando-se no segundo postulado, segundo o qual os trabalhadores oferecem sua força de trabalho até o ponto em que a utilidade do lazer se iguala à utilidade marginal proporcionada pelo salário. Conforme discutido por Nunes e Nunes (1997), esse princípio é central para entender como os economistas clássicos explicam a determinação dos salários e a oferta de trabalho no mercado.

Anterior à primeira crise do capital, a crítica social ao Capitalismo em Marx (1867) impõe à conjuntura das Ciências Sociais elementos que não são levados em consideração até então ou então pensados, para a teoria econômica, já que ela é de um cunho individualista e centrada na racionalidade dos agentes. Assim o fora na teoria clássica nas primeiras escolas com Smith, Davi Ricardo, centrada na teorização dos valores de uso e valor de troca. Marx incide na máxima das Ciências Sociais a relação dicotômica do capital e trabalho, onde o capitalista manteria vínculos de apropriação de valores produzidos pelo trabalhador, resultando um processo de exploração do trabalho pelo capital, enfim as cadeias de mais-valia. A mudança resultou em uma significativa contribuição ao pensamento social, fomentando o desenvolvimento de uma linha de pensamento crítica ao

---

<sup>5</sup> Entende-se que antes da disseminação do pensamento Keynesiano, a dinâmica do mercado era vista sobre o lado da oferta, sendo poucos setores que tinham com base a demanda como determinadora da oferta. Atribui-se a aceitação da oferta como determinante da demanda, ao cenário da recente da terceira revolução industrial, que entra em um apogeu com as vendas de produtos industriais, bastando para isso um mercado consumidor. Não é à toa que o mundo entra em conflitos globais por disputas de mercados, assim o foi no neocolonialismo predecessor da Primeira Grande Guerra Mundial.

estruturalismo do sistema, especialmente em relação à percepção das forças antagônicas no mercado de trabalho.

Apesar da visão marxista ser centrada em cenários onde a figura do Estado é quase dissoluta, e a crítica neoclássica que emprega que a intervenção do Estado na economia seja absolutamente mínima, não deixa de ser uma aproximação, vista sobre a inteligência que a sociedade se aproxime a um estado de barbárie na corrente marxista.

A pandemia global da Covid-19 mais uma vez testou os limites da teoria econômica, resultando em desaceleração e redução das atividades econômicas. Observa-se uma clara subordinação da mão de obra ao capital, uma vez que o trabalho por si só não pode gerar excedentes sem o capital e o capital também não pode fazê-lo sem o trabalho. Como solução para o capital, surgiu a adoção do trabalho remoto, o que implica que os trabalhadores abdicuem do tempo de lazer para realizar suas tarefas em um ambiente onde trabalho e lazer se tornam indissociáveis.

O trabalho remoto já vinha se configurando como uma opção em transformação no mercado de trabalho, ainda que de maneira discreta. No entanto, o cenário da pandemia o destacou como uma alternativa viável. Isso desencadeou mudanças sociais significativas, desde a submissão dos trabalhadores à pressão por disponibilidade constante até a reconfiguração dos significados do ambiente doméstico, que agora se tornou um espaço multifuncional, associado tanto ao trabalho quanto ao lazer.

De acordo com Nogueira e Patini (2012), o surgimento do trabalho remoto é resultado do fenômeno da globalização e dos processos de reestruturação organizacional. As empresas modernas, em busca de formas flexíveis de trabalho, acabam criando novas modalidades de contratação que se adaptam melhor às demandas contemporâneas do mercado. Castells (2009) atribui a transformação no mercado de trabalho ao capitalismo informacional, onde se tornou comum a terceirização de serviços. Cita como exemplo serviços de filiais em outros países, mas a prática está relacionada a como a gestão se organiza e mantém relações com os funcionários, ligado à sistema de avaliações de empenho das atividades desenvolvidas remotamente.

O discurso de trabalho remoto para o Brasil, antes da pandemia, concentrava-se com o início da década de 1990, onde há distinção entre trabalho virtual e real, sendo visto sobre aspectos benéficos aos custos das empresas, enquanto era discutível a perda de diretos trabalhistas. Em 2011, foi aprovada a lei<sup>6</sup> que equipara teletrabalhadores ou trabalhadores remotos aos trabalhadores assalariados (Nogueira; Patini, 2012). Diante da pandemia, o que se mantém como trabalho remoto é uma relação bem definida entre empregado e empregador.

Mas a condição de trabalho remoto não foi o modelo acessível e empregável a todos os tipos de trabalho, restringia-se a postos de trabalhos administrativos e aqueles que são pautados na oferta de serviços, exclusivos em maior escala aos serviços de educação. Com essa exclusividade, deixa o mercado de trabalho informal fora desse seletor grupo. De acordo com Prates et al. (2020), a experiência do trabalho remoto foi considerada um privilégio acessível a poucos. Aqueles que não conseguiram se sustentar durante os três primeiros meses da pandemia foram forçados a retornar às ruas, buscando meios de subsistência na economia informal.

---

<sup>6</sup> Lei nº 12551 de 15 de dezembro de 2011, que altera o Art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 2011).

A situação de trabalho durante a pandemia amplifica as desigualdades no mercado de trabalho, especialmente para aqueles que ocupam os empregos mais precários. Essas disparidades são especialmente sentidas pelas populações pobres e negras do país, que muitas vezes estão inseridas no setor informal como resultado de estruturas históricas que remontam desde a transição da produção escravocrata para o capitalismo. Essa transição reflete um passado histórico estrutural do Brasil, que priorizou o desenvolvimento em detrimento da população recentemente liberta, favorecendo a entrada de mão de obra qualificada no país. Como resultado, a população negra frequentemente se encontra marginalizada, ocupando os piores empregos e sendo empurrada para as periferias das cidades.

É importante ressaltar que a pobreza dessas comunidades não se deve exclusivamente à transição do trabalho escravo para o assalariado. Durante as décadas de crescimento econômico capitalista, especialmente entre os anos 1960 e 1980, houve políticas que resultaram na concentração de riqueza entre minorias, enquanto a maioria da sociedade sentiu os efeitos negativos do sistema capitalista.

As desigualdades também podem ser atribuídas a fatores regionais. Em resposta a essa questão, políticas desenvolvidas nesse período buscaram mitigar as disparidades regionais por meio da criação de eixos de desenvolvimento. Exemplos incluem as agências como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (1966) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (1967), que tinham como objetivo promover o desenvolvimento de regiões fora do eixo central, especialmente do Sudeste do país.

A intervenção do Estado na economia é defendida pela corrente desenvolvimentista como uma medida para reduzir as desigualdades causadas pelo sistema capitalista, que tende a concentrar renda e gerar desequilíbrios sociais<sup>7</sup>. As ações afirmativas em relação à população negra estão inseridas dentro dessas medidas, buscando mitigar as consequências do sistema capitalista. Podem ser compreendidas como políticas governamentais ou intervenções do Estado voltadas para corrigir falhas do sistema e compensar grupos que sofreram perdas devido a essas falhas (Silva, 2009). Um exemplo são as cotas para a população negra, que buscam compensar os desequilíbrios sociais enraizados no processo histórico de exclusão.

“O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (Marx, 2015, p. 257). Essa crítica de Marx ao capitalismo ressalta a dependência do sistema de aberturas e desigualdades para manter-se em expansão e acumulação, refletindo os desafios enfrentados pelo capitalismo em seus estágios iniciais. Nos Estados Unidos, a dualidade entre trabalho livre e escravo ilustra a luta pela abolição da escravidão e a busca pela emancipação da jornada de trabalho de oito horas, representando a luta do trabalhador para escapar da servidão imposta pelo capital.

A transição entre sistemas é impulsionada pelos princípios do capitalismo, uma vez que em regiões onde o trabalho escravo prevalece, o capitalismo não pode ser estabelecido. As colônias sul-americanas, como todo o Novo Mundo, foram alvo dos interesses capitalistas originados das Revoluções Industriais Europeias no século XVIII. Surgiu a necessidade de expandir os mercados, porém, o sistema colonial, baseado na submissão da colônia ao império, restringia o comércio. Era crucial criar sociedades consumidoras para os produtos do capital, mantendo o

---

<sup>7</sup> Carvalho, Justo e Lima (2016) apontam que há grandes desequilíbrios socioeconômicos entre os nordestinos, notadamente naqueles residentes na área rural.



trabalhador com apenas o necessário para a subsistência e transformando-o em consumidor das mercadorias que produzia. Com o fim do trabalho escravo, o trabalhador tornou-se proprietário de sua força de trabalho, embora livre, buscando proteção legal para vendê-la (Marx, 2015).

Diante disso, o trabalho remoto dissolve a fronteira entre lazer e trabalho, enquanto o trabalhador busca proteções legais contra a exploração. No entanto, a pandemia fundiu o ambiente de trabalho com a vida familiar, alterando profundamente a dinâmica do mercado de trabalho. Apesar da presença de regulamentações, as relações de trabalho podem se deslocar para a informalidade no contexto tecnológico. Dentro dessa informalidade, o trabalhador pode retornar à condição de escravo do capitalismo, como discutido por Marx (2015) em suas análises sobre a transição entre sistemas econômicos.

Aqui vale ressaltar que o trabalho remoto ou home office adotado durante a pandemia é distinto do trabalho em plataformas que já existiam antes, como o teletrabalho. Enquanto o primeiro foi uma adaptação às circunstâncias impostas pela pandemia, o segundo representa uma transição que pode levar os trabalhadores à informalidade e, conseqüentemente, à precariedade. A relação entre o home office e a população negra pode ser observada nas diversas funções do mercado de trabalho, sendo que os negros ocupam uma parte significativamente menor dos cargos para os quais o home office foi uma opção chave durante a pandemia, destacando-se principalmente nos cargos ligados ao magistério.

Proni e Gomes (2015) discutem o mercado de trabalho a partir da perspectiva da precariedade ocupacional, considerando as interseções de gênero e raça. Diante do cenário de crise abordado neste estudo, os autores apontam para uma diminuição e aproximação da população negra em relação a empregos considerados precários antes da crise de 2015. No entanto, essas reduções não foram suficientes para eliminar as evidências de trabalho precário, e as mudanças foram percebidas de forma sutil.

De acordo com Proni e Gomes (2015), as disparidades entre homens e mulheres no que tange à incidência de trabalho precário permaneceram praticamente inalteradas entre 2009 e 2013. No entanto, a trajetória positiva do mercado de trabalho contribuiu para uma ligeira redução da precariedade entre as mulheres. No que se refere às desigualdades entre brancos e negros, a conjuntura anterior foi favorável para ambos os grupos, embora a disparidade entre eles pareça ter aumentado.

A precariedade do trabalho abordada pelos autores diz respeito, primeiramente, à remuneração dos cargos abaixo do salário-mínimo, associada à insegurança quanto à continuidade da atividade devido aos rendimentos insuficientes. Esse conceito de precariedade envolve uma inserção não direta ou forçada no mercado de trabalho, estando ligado ao subemprego, à informalidade e à falta de proteção social (Proni; Gomes, 2015).

Em suma, esta seção destacou a complexidade das dinâmicas do mercado de trabalho, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19. Observou-se como o trabalho remoto, embora tenha sido uma resposta necessária às circunstâncias sanitárias, expôs e agravou as desigualdades existentes, particularmente para a população negra. As análises de Proni e Gomes (2015) ressaltaram a persistência da precariedade ocupacional, que se manifesta não apenas na remuneração abaixo do mínimo necessário para subsistência, mas também na insegurança quanto à continuidade do trabalho e na falta de proteção social.

### **3 – METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram empregados métodos descritivos e explicativos. O método descritivo delineou as características do mercado de trabalho enfrentadas pela população negra no Brasil, por meio de uma revisão de literatura que oferece uma perspectiva teórica do pensamento econômico sobre o mercado de trabalho. Em seguida, foram feitas inferências específicas sobre o mercado de trabalho da população negra durante o primeiro ano da pandemia.

De acordo com Gil (2008), a abordagem metodológica explicativa visa complementar o método descritivo por meio da análise estatística, que fundamenta os resultados obtidos. Nesse sentido, foram empregados gráficos e tabelas das principais variáveis do perfil socioeconômico dos trabalhadores, levando em consideração suas características individuais, para servir como base sólida para as conclusões apresentadas.

#### **3.1 – CONCEITOS E TRATAMENTOS DE VARIÁVEIS**

Considerou-se como negro o indivíduo que, na base de dados da PNAD contínua, declarou ser preto ou pardo. Para o conceito de não negro, foram considerados os indivíduos classificados como brancos, amarelos ou indígenas. A parcela da população que se identificou como amarela ou indígena foi excluída da análise para a construção das tabelas de resultados, uma vez que as comparações foram realizadas entre os grupos de negros e brancos. Foram considerados como brancos os indivíduos que declararam ser dessa raça na pesquisa. Aplicou-se o mesmo tratamento para as variáveis oriundas da PNAD Covid-19.

O texto abordará ainda variáveis como a População Economicamente Ativa (PEA), compreendida como a soma da população ocupada (PO) e da população desocupada (PD). Essa definição é utilizada dentro do banco de dados da PNAD contínua para agrupar informações que visam fornecer uma perspectiva delimitada sobre os trabalhadores da região Nordeste.

A população em idade ativa (PIA) consiste na porção do banco de dados que abrange indivíduos com 14 anos ou mais. Na elaboração do perfil da população ocupada da região Nordeste, foram utilizados indicadores fundamentais da PNAD-C para identificar características individuais e do mercado de trabalho. Nesse sentido, adotaram-se os conceitos e indicadores da metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O salário-hora real é calculado como a divisão do rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos por pessoas com 14 anos ou mais, pelo número de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência por pessoas com 14 anos ou mais. Os valores monetários foram ajustados para o mês de dezembro de 2020 para considerar a inflação, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

## 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A população classificada como preta e parda no Brasil é estimada em cerca de 54%, conforme estatísticas do IBGE (2022). Essa parcela da população enfrenta os piores indicadores sociais, uma vez que sua condição atual está profundamente enraizada em uma história de desigualdades persistentes. Essas disparidades sociais não se limitam ao âmbito social, mas também se refletem no mercado de trabalho, embora nesse contexto as interações sejam predominantemente de natureza profissional.

É amplamente reconhecido que as diferenças entre a população negra são influenciadas por fatores que desvalorizam sua força de trabalho, sem que haja diferenças individuais na eficiência do trabalho realizado. Esses fatores tendem a resultar em salários mais baixos para esses indivíduos. Além disso, o mercado de trabalho pode ser afetado por práticas que vão além das considerações éticas, como discriminação, preconceito e racismo.

Nesse sentido, a discriminação enfrentada pela população negra muitas vezes a relega a posições inferiores e empregos mais marginalizados ou precários. Essa condição reflete um problema estrutural enraizado no passado e, à medida que a pandemia avança, tende a agravar essas disparidades estruturais, tornando-as mais evidentes.

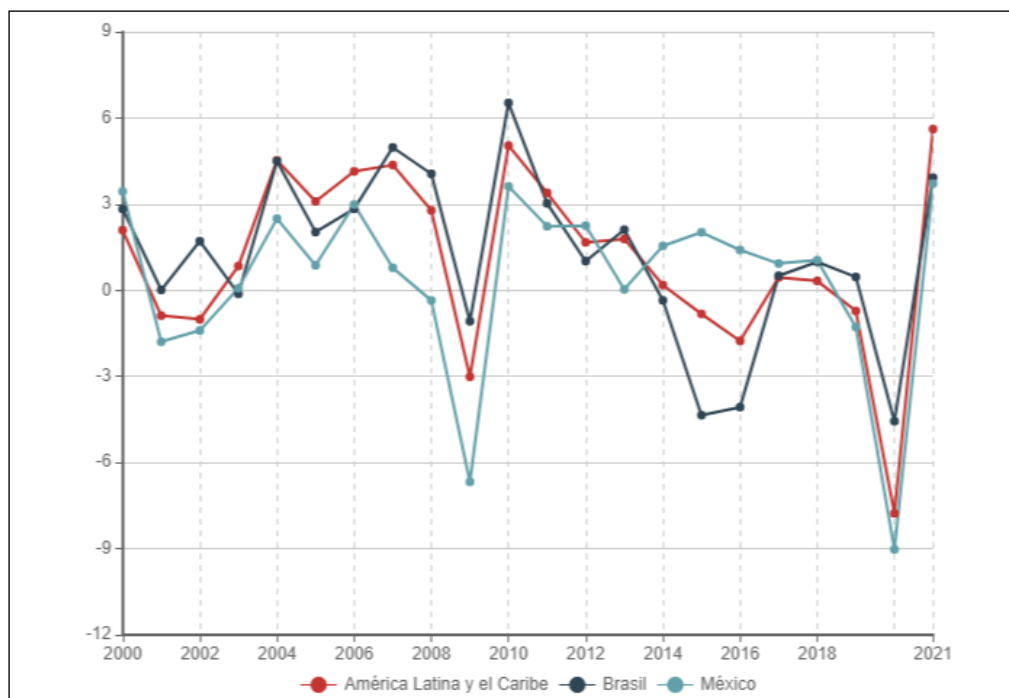
Diante da paralisação das atividades econômicas em muitos países, observa-se uma tendência global de desaceleração do crescimento, conforme mostrado no Gráfico 1. No caso do Brasil, essa desaceleração é agravada por problemas internos, como a crise no mercado de trabalho, marcada pelo desemprego e pela instabilidade política e administrativa. Enquanto isso, o México<sup>8</sup> apresentou uma dinâmica de crescimento superior à do Brasil, destacando a conjuntura interna desses países. No entanto, é importante ressaltar que o crescimento desses países tende a se aproximar da média da América Latina e do Caribe.

Antes mesmo da pandemia, o Brasil já enfrentava uma crise econômica significativa. Apesar das medidas anticíclicas adotadas pelas autoridades brasileiras em resposta aos efeitos da crise de 2008, não conseguiram evitar a queda do PIB em 2009 (-0,1%) (Araujo; Mattos, 2021). De acordo com o Gráfico 1, em comparação com a média de crescimento dos países da América Latina, o Brasil demonstrou uma tendência de desempenho semelhante, com uma queda de 4,5% no crescimento do PIB em 2020 em relação a 2019. A retomada das atividades em 2021 resultou em um aumento de 3,9% no Brasil, abaixo da média dos países da América Latina.

---

<sup>8</sup> A exemplificação da série de crescimento do México tem como finalidade situar o Brasil como uma economia emergente sujeita às crises econômicas globais. Nesse contexto, o cenário interno está fortemente relacionado ao desempenho de crescimento, conforme mostrado no Gráfico 1, onde o crescimento brasileiro no período de 2014 a 2016 foi inferior aos do México e da América Latina e Caribe. Isso reforça o cenário interno já discutido na introdução deste trabalho.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) total anual por habitante a preços constantes



Fonte: CEPALSTAT – CEPAL – ONU.

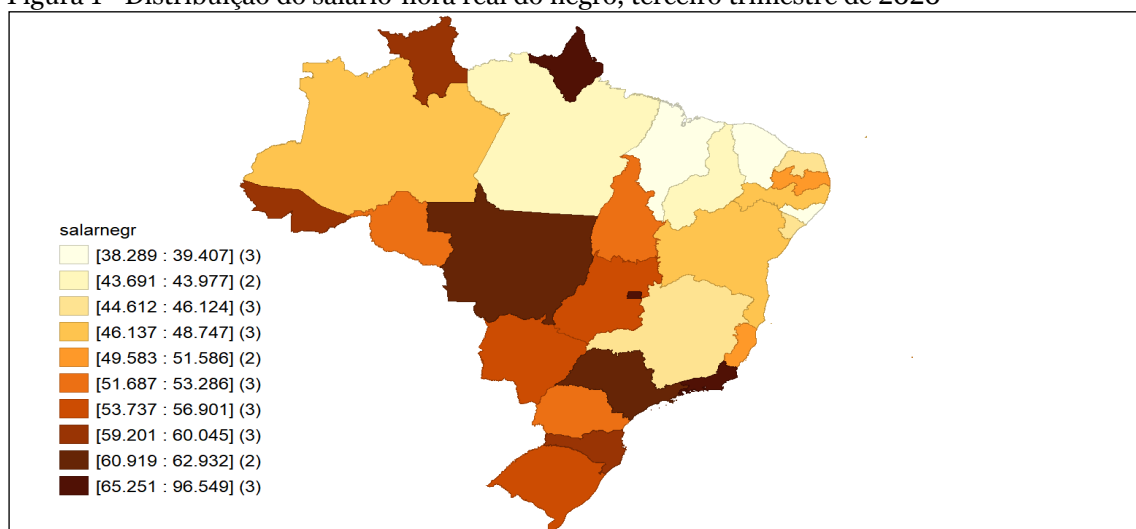
#### 4.1 – CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO PARA A POPULAÇÃO NEGRA

A distribuição geográfica do salário por hora no país, representada na Figura 1, revela que a região Nordeste possui o menor rendimento por hora trabalhada, conforme os dados do terceiro trimestre da PNAD-C. A renda média na região é de aproximadamente R\$ 43,80 por hora, considerando apenas os salários dos trabalhadores negros.

A população negra nos estados de Alagoas, Ceará e Maranhão representa 2,03%, 5,70% e 4,95%, respectivamente, do total da população negra do país. Todavia, durante este período, esses estados apresentaram os menores rendimentos médios no país, com salários médios reais situados no intervalo de R\$ 38,28 a R\$ 39,40 por hora. Por outro lado, os estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Roraima, que compõem o último decil da Figura 1, registraram os maiores rendimentos médios, variando de R\$ 65,50 a R\$ 96,55 por hora.

A intenção ao apresentar os dados de rendimento em decil distribuídos espacialmente é identificar os estados com as menores e maiores concentrações de renda por hora no país. Observa-se que a região Nordeste abriga populações negras com salários-hora mais baixos, enquanto os salários mais altos são encontrados nas regiões Centro-Oeste e Sul do país. Vale ressaltar que a região Sudeste, em particular o estado de São Paulo, apresenta a maior população ocupada negra do país em 2020.

Figura 1 - Distribuição do salário-hora real do negro, terceiro trimestre de 2020

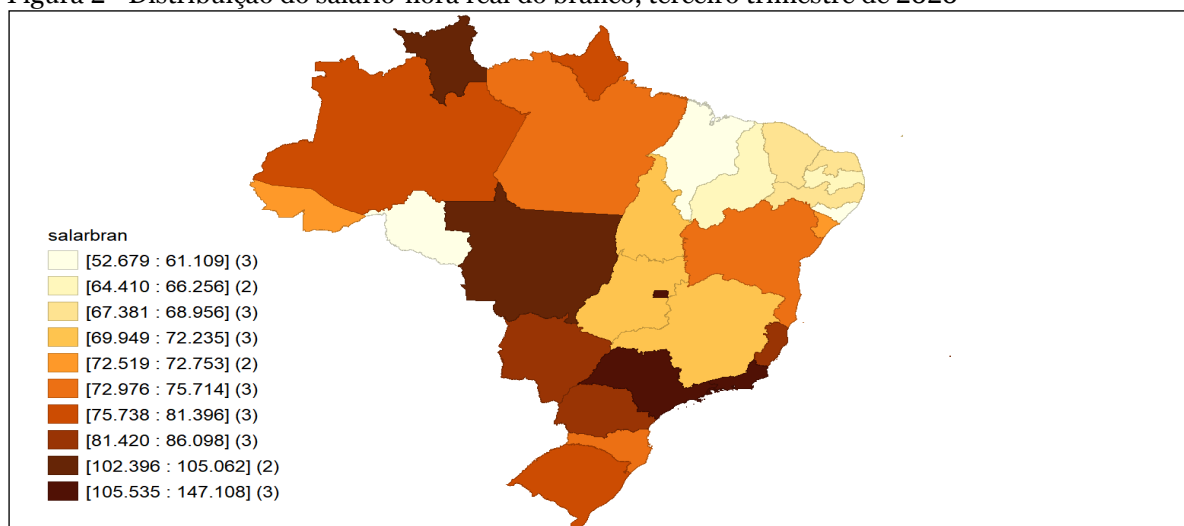


Fonte: Elaboração pelos autores com base nos microdados das PNAD contínua de 2020.

Obs.1: Média do salário-hora calculada sobre o corte de rendimentos menor e igual a R\$ 100.000.

Ao comparar os rendimentos por hora real entre indivíduos negros e não negros, o cenário revela uma configuração distinta, como pode ser visto na Figura 2. A distribuição dos salários dos não negros pelo território nacional mostra uma concentração de baixos salários na parte central do país, com destaque para os estados do Nordeste, representados em cores de menor intensidade, e o estado de Rondônia. Os salários mais baixos estão no intervalo de R\$ 52,68 a R\$ 61,10 por hora.

Figura 2 - Distribuição do salário-hora real do branco, terceiro trimestre de 2020



Fonte: Elaboração pelos autores com base nos microdados das PNAD contínua de 2020.

Obs.1: Média do salário-hora calculada sobre o corte de rendimentos menor e igual a R\$ 100.000.

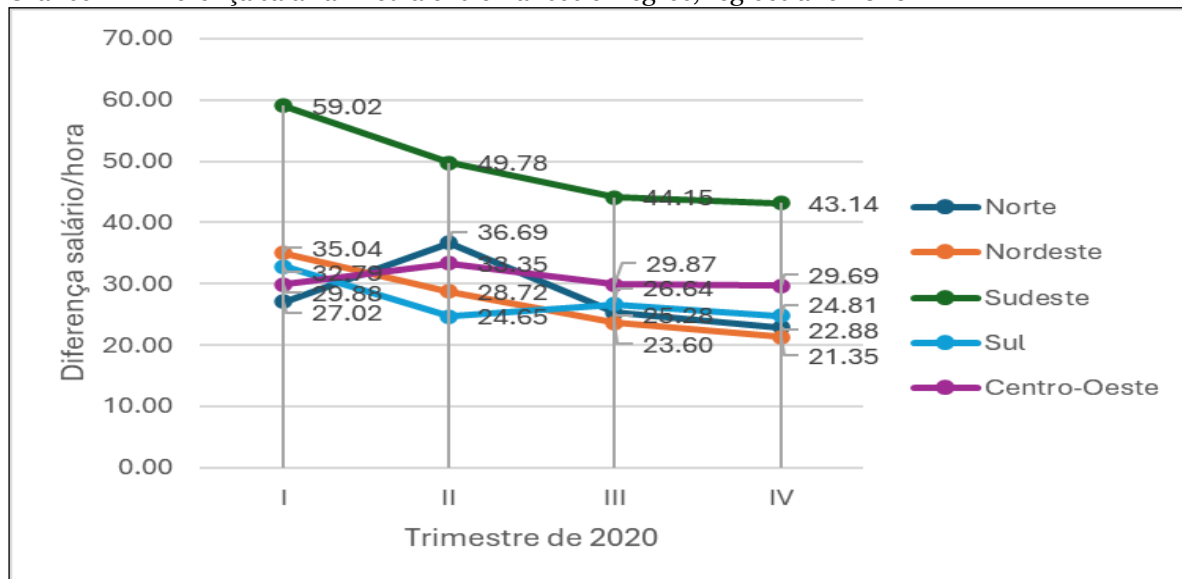
As áreas com menores rendimentos por hora geralmente coincidem com áreas de menor desigualdade de renda entre as populações negra e não negra. Na Figura 2, percebe-se que estados como Alagoas e Maranhão apresentam menores rendimentos para a população não branca, enquanto estão agrupados com Rondônia e possuem o mesmo nível de salário-hora. O estado de Rondônia

demonstrou possuir a menor diferença entre os salários-hora das populações negra e não negra, comparação entre as Figuras 1 e 2. Nos estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde predominam cores mais claras neste conjunto de dados, a média do salário-hora varia entre R\$ 52,68 e R\$ 68,96. Observa-se uma maior disparidade salarial em comparação com as áreas mais escuras, o que sugere uma desigualdade regional nos rendimentos por hora trabalhada entre os indivíduos de diferentes regiões. Nos estados da Bahia e Sergipe, concentram-se os salários-hora mais altos da população não negra da região Nordeste, enquanto os salários da população negra nordestina são mais elevados no estado da Paraíba.

Ao analisar a disparidade de renda entre trabalhadores negros e brancos no país, é possível identificar a variação dessa desigualdade entre os dois grupos. O Gráfico 2 apresenta a diferença de renda entre essas populações, refletindo fatores regionais que influenciam os diferenciais de renda, uma vez que existem efeitos locais entre os indivíduos de uma mesma região (desigualdades entre negros e brancos). Observam-se também diferenças regionais, sendo o Sudeste do país uma área com maior concentração de desigualdade salarial para os trabalhadores negros<sup>9</sup>.

À medida que se avança para o ano de 2020, observa-se uma redução na diferença de salário-hora real entre os grupos mencionados. Quanto mais próximas estão as linhas de rendimento, menores são as disparidades espaciais que causam diferenças de renda entre as regiões. Destaca-se que a região Sudeste apresenta as maiores diferenças de renda em relação às demais regiões, devido à proximidade entre elas.

Gráfico 2 - Diferença salarial média entre Brancos e Negros, regiões ano 2020



Fonte: Elaboração pelos autores com base nos microdados das PNAD contínua de 2020.

<sup>9</sup> Justo, Alencar e Alencar (2018) discutem diferenças de retorno à educação, controlando por efeitos de grupos étnicos, entre outros, e apontam que há uma diminuição deste para os trabalhadores mais qualificados.

#### 4.2 – A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL E POPULAÇÃO NEGRA

O panorama do mercado de trabalho na região Nordeste antes da pandemia revelava 3.684.115 pessoas desocupadas no terceiro trimestre de 2019. Com a chegada da crise sanitária à região, houve um aumento no número de desempregados, alcançando 4.082.193 pessoas no mesmo trimestre de 2020. A população negra compõe a grande maioria desses desocupados, representando 79,55% do total em 2019. Essa composição não se altera significativamente no ano de 2020, mantendo-se próxima desse percentual. No entanto, isso não significa que a população negra não tenha enfrentado dificuldades durante o primeiro ano da pandemia. Apesar de sua representatividade no mercado de trabalho, essa parcela da população continua associada aos piores indicadores sociais, evidenciando os desafios enfrentados mesmo em tempos de crise.

No terceiro trimestre de 2020, a População em Idade Ativa (PIA) da região totalizou 22.293.023 indivíduos na População Economicamente Ativa, ao lado de 22.927.116 pessoas na condição de População Não Economicamente Ativa. Em comparação com o mesmo período de 2019, houve um aumento positivo na PIA de 0,75%, atribuído principalmente à redução da População Economicamente Ativa (PEA) em 11,60%. Essa mudança positiva resulta principalmente das reduções nas atividades econômicas, o que levou a uma diminuição de 15,43% na população ocupada da região em relação ao mesmo período de 2019.

É pertinente estabelecer uma comparação entre a população negra e os declarados brancos na PNAD-C. Observa-se que a população negra tem um nível de escolaridade mais baixo, refletido em uma discrepância nos anos de estudo entre brancos e negros. Essa disparidade se acentua quando desagregada por gênero, em parte devido à precarização da mulher no mercado de trabalho, que enfrenta discriminação tanto por ser mulher quanto por ser negra. O perfil do trabalhador nordestino é delineado na Tabela 1, evidenciando as diferenças ocasionadas pela discriminação no mercado. É importante ressaltar que tais disparidades não se devem exclusivamente a fatores individuais; como discutido na seção anterior, há uma trajetória histórica que moldou essa realidade de desigualdades, seja em termos regionais ou individuais.

Tabela 1 Nordeste - Características individuais da população ocupada da região - 2020

Variável Cor	Grupo	NE (%)	População Negra (%)
Sexo	Homem	60,95	61,75
	Mulher	39,05	38,25
Raça/Cor	Branca	24,59	-----
	Preta	12,48	14,60
	Amarela	0,29	-----
	Parda	62,22	85,40
	Indígena	0,42	-----
Anos de estudo	Sem instrução e menos de 1 ano	3,59	3,95
	1 a 3 anos	4,94	5,32
	4 a 7 anos	15,97	16,90
	8 a 10 anos	12,86	13,44
	11 a 14 anos	43,04	43,37
	15 anos ou mais	19,60	17,02

Fonte: Elaboração pelos autores com base nos microdados das PNAD Contínua de 2020.

Na região Nordeste, 60,95% da população ocupada é do sexo masculino, uma representação que contrasta significativamente com a proporção nacional, onde é comum que as mulheres constituam a maioria. Os dados da PNAD Contínua indicam que as mulheres na região Nordeste representavam 51,55% da população total em 2020. Apesar disso, as mulheres ainda enfrentam obstáculos significativos para se tornarem a maioria no mercado de trabalho. Esses obstáculos estão relacionados ao preconceito na contratação de serviços prestados por mulheres, devido à percepção de insegurança quanto ao papel social da mulher, que muitas vezes se encontra dividido entre as responsabilidades domésticas e o trabalho remunerado (Fonseca; Jorge, 2022).

De proporção semelhante, as mulheres negras representam apenas 38,25% da população negra ocupada na região Nordeste. Esse percentual é próximo ao observado para homens negros, que constituem 61,75% dessa população. Em termos de escolaridade, há variações significativas relacionadas à raça/cor. Homens negros tendem a ter menos anos de estudo em comparação aos indivíduos brancos, evidenciando as desigualdades educacionais que impactam diretamente suas oportunidades no mercado de trabalho.

Em 2019, a idade média da população negra ocupada era de 38,7 anos, passando para 38,6 anos em 2020. No que diz respeito à posse de carteira de trabalho, 25,22% dos trabalhadores da região Nordeste não têm carteira assinada, sendo a situação mais crítica para a população negra: 27,63% das mulheres negras e 25,52% dos homens negros não possuem carteira assinada.

A Tabela 2 revela que a ocupação de trabalhador doméstico é caracterizada pela informalidade e contribui para a precarização do trabalho. Esse fenômeno é especialmente notável entre as empregadas domésticas negras, das quais 11,30% trabalham sem carteira assinada. Essa condição evidencia a falta de garantias sociais para aqueles que exercem trabalho doméstico sem a devida formalização.

Uma parcela significativa de trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado de trabalho formal acaba na informalidade<sup>10</sup>, atuando como trabalhadores por conta própria. No Nordeste, 29,41% da força de trabalho em 2020 declarou ser composta por trabalhadores autônomos. Esse tipo de trabalho está muitas vezes associado à precariedade, especialmente quando não há consciência de bem-estar social ou garantias de direitos trabalhistas, como a previdência. Relativamente, o homem negro está mais presente nessa condição em comparação com o homem branco. Em contrapartida, o perfil típico de empregador na região é o do homem branco, representando 7,21% da população masculina branca que compõe a força de trabalho.

Em 2019, na região Nordeste, 49,02% dos trabalhadores não contribuíam para a previdência, uma situação que se alterou em 2020, quando o percentual de contribuintes subiu para 52,11% da população ocupada. A análise da contribuição para a previdência segundo a condição de raça/cor revela que a população negra enfrenta maior precariedade no mercado de trabalho. Essa precariedade pode ser associada a indicadores como a educação, uma vez que, conforme observado, essa população apresenta diferenças significativas nos anos de estudo em comparação com outros grupos.

No Nordeste, a população ocupada está predominantemente inserida em atividades dos setores de construção (20,88%) e agrícola (13,83%). Em contraste, a

---

<sup>10</sup> Staduto, Joner e Schio (2009) apontam esse problema em estudo no Paraná.



população negra está mais concentrada em educação, saúde e serviços sociais (23,76%) e construção (20,19%).

Tabela 2 – Nordeste - Características de mercado de trabalho da população ocupada - 2020

Variável/Grupo	Região NE (%)	Mulher negra (%)	Homem negro (%)	Mulher branca (%)	Homem branco (%)
<b>Posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal</b>					
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	26,24	23,92	27,94	24,62	26,42
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	16,24	9,85	21,52	8,08	18,25
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1,18	2,58	0,53	1,65	0,16
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4,31	11,3	0,62	6,48	0,33
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	1,01	1,07	0,87	1,64	0,82
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	4,67	6,48	3,38	7,69	2,95
Militar e servidor estatutário	10,27	13,11	7,36	16,46	9,41
Empregador	3,54	1,99	3,35	3,76	7,21
Conta-própria	29,41	25,17	32,3	24,88	32,11
Trabalhador familiar auxiliar	3,12	4,53	2,13	4,76	2,36
<b>Ramos de Atividades:</b>					
Agrícola	13,83	6,51	20,05	4,5	15,51
Outras atividades industriais	9,55	8,08	10,69	7,73	10,14
Indústria de transformação	7,56	0,61	12,84	0,79	9,62
Construção	20,88	20,44	20,19	21,49	23,81
Comércio e reparação	4,39	0,47	7,09	0,4	6,7
Alojamento e alimentação	5,24	8,53	3,1	5,96	4,69
Transporte, armazenagem e comunicação	8,34	6,64	8,68	9,31	10
Administração pública	6,87	5,41	6,82	9,13	8,39
Educação, saúde e serviços sociais	13,15	23,76	5,59	26,04	6,39
Serviços domésticos	4,61	5,5	3,73	6,47	4,25
Outras atividades	5,59	14,05	1,21	8,18	0,51
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,01	0	0,01	0	0
<b>Contribuinte da Previdência Oficial:</b>					
Não	47,89	52,27	53,27	39,86	48,4
Sim	52,11	47,73	46,73	60,14	51,6

Fonte: Elaboração pelos autores com base nos microdados das PNAD Contínua de 2020.

Em 2020, 42,13% da população branca possui em média 14 anos de estudo, e 27,60% possuem mais de quinze anos de escolarização. Em contraste, a população negra masculina apresenta resultados inferiores, com 41,28% possuindo 14 anos de estudo e apenas 11,93% atingindo 15 ou mais anos de escolarização. Isso evidencia que o acesso ao ensino superior é menos acessível para os homens negros nordestinos, que estão majoritariamente concentrados em níveis de escolaridade mais baixos.

A realidade das mulheres negras no Nordeste reflete uma desigualdade dentro do próprio grupo de negros, pois elas são mais instruídas que os homens negros, com 25,25% das mulheres negras possuindo 15 ou mais anos de estudo. No entanto, essa instrução ainda é inferior à dos brancos, que possuem os maiores níveis de escolarização. É importante destacar que 5,20% dos homens negros ocupados não possuem nenhum estudo, enquanto essa taxa é de 3,49% entre os homens brancos.

A Tabela 3 apresenta os valores relativos da população em trabalho remoto nas diferentes regiões do país. Em maio, aproximadamente 65% da população ocupada no Nordeste estava trabalhando remotamente, refletindo a composição racial da região. O Nordeste tem a segunda menor proporção de população ocupada em atividades remotas, com a região Norte apresentando a menor adesão ao trabalho remoto. Esta disparidade indica desigualdades socioeconômicas, refletidas na infraestrutura e no acesso à tecnologia dessas regiões.

As regiões Sudeste e Sul registram as maiores proporções de trabalhadores brancos em trabalho remoto, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam uma maior representação de trabalhadores pardos. Essas diferenças podem estar relacionadas à composição racial dessas regiões, bem como às disparidades econômicas e de infraestrutura.

Os dados da PNAD Covid-19 destacam a desigualdade enfrentada pela população negra. Em nível nacional, o trabalho remoto abrange 34,3% da população negra, em contraste com 63,73% da população branca no início da pesquisa em maio. No último mês da pesquisa, novembro, a situação se mantém praticamente inalterada, com 34,06% da população negra em trabalho remoto. Isso evidencia uma sub-representação dos negros no trabalho remoto, apesar de comporem uma parcela significativa da população brasileira.

Tabela 3 – Estatísticas da população ocupada em trabalho remoto Brasil e regiões (dados relativos) - 2020.

	Composição dos que estavam em trabalho remoto													
	Branco (%)		Preto (%)		Amarelo (%)		Pardo (%)		Indígena (%)		Total (%)		Negro (%)	
	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.
N	31,45	31,19	7,11	9,21	1,40	0,06	59,29	58,49	0,75	1,04	100	100	66,40	67,71
NE	35,34	37,12	10,75	11,35	1,23	0,76	52,38	50,28	0,30	0,48	100	100	63,13	61,63
SE	69,78	69,57	7,04	7,15	2,11	2,14	20,92	20,92	0,15	0,21	100	100	27,97	28,07
S	85,54	86,42	2,34	2,39	1,04	0,68	10,88	10,31	0,20	0,20	100	100	13,22	12,70
CO	52,43	49,32	7,84	8,07	1,66	2,16	37,92	40,25	0,15	0,20	100	100	45,76	48,32
Brasil	63,73	64,02	7,05	7,27	1,76	1,64	27,26	26,8	0,20	0,28	100	100	34,30	34,06

	Os que estavam em trabalho remoto													
	Branco (%)		Preto (%)		Amarelo (%)		Pardo (%)		Indígena (%)		Total (%)		Negro (%)	
	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.	Mai.	Nov.
N	65,19	59,73	43,86	45,02	67,78	4,57	47,64	37,75	34,99	58,99	51,78	43,33	47,20	38,60
NE	74,52	72,50	58,80	54,49	67,01	76,36	60,88	52,93	71,94	78,49	64,94	59,30	60,52	53,21
SE	86,81	86,93	73,90	68,84	91,05	90,14	68,83	66,79	68,22	85,32	81,41	80,41	70,04	67,30
S	74,79	78,04	58,58	62,45	81,91	83,20	59,33	68,91	51,63	74,99	72,27	76,57	59,20	67,60
CO	79,16	80,70	65,10	62,87	76,47	80,73	59,36	66,89	61,24	100	69,17	72,99	60,27	66,19
Brasil	82,16	82,56	66,46	62,51	84,88	85,50	62,48	58,99	58,30	78,68	74,51	73,06	63,26	59,71

Fonte: Elaboração pelos autores com base nos microdados das PNAD Covid-19.

Da população ocupada que trabalhava em casa, há uma diferença significativa entre a representação da população branca e a negra. Aproximadamente 82% dos trabalhadores brancos estavam em home office, enquanto apenas 63,26% dos trabalhadores negros realizavam atividades de home office.

Os resultados para a população negra são influenciados pelas aulas remotas, já que os trabalhadores da educação representam uma parte significativa deste grupo, contribuindo para esses números. No entanto, a população negra ainda tem uma presença relativamente menor nos setores formais da economia. Durante a pandemia, houve uma retomada dos postos de trabalho na informalidade. Além disso, o trabalho remoto foi predominantemente mantido por funcionários ligados às esferas governamentais, que representaram a maioria dos trabalhadores em home office, em comparação com o mercado privado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo ressaltam a profundidade das desigualdades raciais no mercado de trabalho do Nordeste do Brasil, particularmente exacerbadas durante a crise sanitária da Covid-19. A análise evidenciou que a precariedade do trabalho e a exclusão digital agravaram as disparidades já existentes, especialmente para a população negra, que historicamente enfrenta piores condições sociais.

A crise revelou que, embora o trabalho remoto emergisse como uma solução viável para alguns, ele também aprofundou a marginalização de muitos trabalhadores informais, destacando a necessidade urgente de políticas que promovessem a inclusão digital e a formalização do trabalho. Além disso, a ausência de políticas públicas adequadas que abordem as vulnerabilidades estruturais da população negra foi um fator crítico que perpetuou as desigualdades durante a pandemia.

O trabalho remoto, em si, representou uma transformação que afetou as relações entre empregado e empregador, exacerbando a dissociação entre trabalho e lazer devido às medidas sanitárias adotadas. Notou-se que a adesão ao trabalho remoto foi significativamente menor entre a população negra, refletindo disparidades estruturais e de acesso à tecnologia.

Os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho da população negra revelaram um aumento nas desigualdades entre negros e não negros, com barreiras significativas para a inserção equitativa dos negros no mercado de trabalho. Indicadores como racismo, discriminação e preconceito refletem condicionantes históricos que posicionam a população negra em desvantagem. Essa situação é agravada por fatores regionais e desenvolvimentos históricos recentes do capitalismo no Brasil.

A análise dos dados mostrou que a população negra no Nordeste está predominantemente em postos de trabalho precários, com uma maioria relativa fora das condições de emprego formal. A composição dos trabalhadores contribuintes para a previdência, segmentada por raça/cor, confirma a precariedade no mercado de trabalho para a população negra. As condições são ainda mais graves para as mulheres negras quando comparadas aos homens brancos.

Os rendimentos salariais dos trabalhadores são distribuídos de maneira desigual entre as unidades da federação, com a região Sudeste apresentando maiores diferenças de rendimento entre as populações negras e não negras. Essas disparidades refletem fatores regionais que causam variações na renda, sendo a cor

da pele um dos principais separadores que evidenciam a desigualdade de rendimentos.

Esses achados sublinham a importância de intervenções políticas que não apenas reconhecem, mas também mitigam as desigualdades raciais no mercado de trabalho. Políticas que promovam a igualdade de oportunidades, o acesso à educação de qualidade e a criação de empregos formais são essenciais para a construção de um mercado de trabalho mais inclusivo.

Em resumo, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas de desigualdade racial no contexto de crises sanitárias, fornecendo insights importantes para o desenvolvimento de políticas públicas que visam reduzir as disparidades e promover a equidade no mercado de trabalho brasileiro. A pandemia de Covid-19 deve ser vista como um ponto de inflexão, onde a adoção de políticas inclusivas pode transformar desafios em oportunidades para uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. (Ed.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. Hucitec Editora, 2021.

BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. Políticas Econômicas, Teorias e Contextos Sociais. In: ARAÚJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. (Ed.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. Hucitec Editora, 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011**. Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, a fim de equiparar os efeitos jurídicos do trabalho realizado no domicílio e o realizado no estabelecimento do empregador. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 dez. 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CEPALSTAT. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. Disponível em: [https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator\\_id=2207&area\\_id=131&lang=es](https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=2207&area_id=131&lang=es). Acesso em: 01 de jul. 2023.

FONSECA, E. S.; JORGE, M. A. A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho: uma análise comparativa do rendimento no trabalho na Bahia versus Brasil no período de 2001 e 2015. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 60, p. 265-302, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/ppp60art9>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-covid-19.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNADC 2019, 2020**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acesso em: 01 mai. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNADC 2015**. Mercado de trabalho. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 01 mai. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNADC 2016**. Mercado de trabalho. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 01 mai. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNADC 2019**. Mercado de trabalho. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 01 mai. 2022.

JUSTO, W. R.; ALENCAR, M. O.; ALENCAR, N. S. Retorno à educação no Brasil com uso de regressão quantílica: 2003-2014. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 09–23, 2018. DOI: 10.48075/igepec.v21i2.14570. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/14570>. Acesso em: 23 mai. 2024.

LUCENA, M. F. G. **Saúde, Gênero e Violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra**. Recife: Editora da UFPE, 2010.

MARTINS, T. C. S. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014.

MARX, K. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

NOGUEIRA, A. M.; PATINI, A. C. Trabalho remoto e desafios dos gestores. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 4, p. 121-152, 2012.

NUNES, S. P. P.; NUNES, R. C. Mercado de trabalho em Keynes e o papel da rigidez de salários nominais. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 3, p. 67, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração do Diretor-Geral da OMS sobre a 15ª reunião do Comitê de Emergência do RSI sobre a pandemia de Covid-19**. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-15th-meeting-of-the-ihc-emergency-committee-on-covid-19-pandemic-4-may-2023>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PEREIRA, A. F. C.; JUSTO, W. R.; LIMA, J. R. F. Impactos das rendas não-agrícolas sobre os indicadores de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para as famílias rurais do Estado do Ceará. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 165–183, 2016. DOI: 10.48075/igepec.v19i2.13759. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/13759>. Acesso em: 23 mai. 2024.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 137-151, 2015.

SILVA, M. S. **Ações afirmativas para a população negra**: um instrumento para a justiça social no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.2.2009.tde-26112009-160000. Acesso em: 01 mai. 2022.

SILVA, T. D. (Org); GOES, F. L. (Org). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 186 p. 2013.

SILVA, T. D.; SILVA, S. P. **Trabalho, população negra e pandemia**: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10520>. Acesso em: 01 mai. 2022.

STADUTO, J. A. R.; JONER, P. R.; SCHIO, T. A. Evolução do mercado de trabalho informal no Estado do Paraná. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 6–23, 2009. DOI: 10.48075/igepec.v14i1.2574. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/2574>. Acesso em: 23 mai. 2024.

Recebido em 26/05/2024.

Aceito em 30/06/2024.